


Educação de jovens e adultos: uma visão do Estado da Arte no período de 2017 a 2023

Cláudia de Oliveira Pacheco
Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Cláudia de Oliveira Pacheco

Universidade Federal do Amazonas,
UFAM, Brasil


E-mail: claudiaoliveira3275@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5229-7518>

Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas,
UFAM, Brasil

E-mail: angelabiase@ufam.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1619-8958>

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a quem não teve acesso ao direito constitucional de frequentar uma escola ou concluir seus estudos na idade adequada (CF 1988, Art. 208). Apesar dessa modalidade estar garantida por diversos dispositivos legais, historicamente sofre com a omissão do Estado, quanto a implantação de políticas públicas que contemplem essa parcela da sociedade. O presente estudo tem por objetivo mapear a produção acadêmica, acerca da EJA com enfoque no direito à educação, durante o período de 2017 a 2023. Para tal, utilizamos o tipo de pesquisa denominado Estado da Arte, buscando na base de dados dos periódicos da plataforma Capes, artigos publicados sobre a temática, utilizando os descritores “Educação de Jovens e Adultos”, “EJA” e “direito à educação”. A pesquisa final nos revelou um total de 93 artigos que foram agrupados em 13 categorias temáticas. Também destacamos os artigos agrupados qualis do periódico, ano e região de publicação. Os dados nos possibilitaram conclusões em relação aos delineamentos da produção acadêmica sobre a temática, com uma superioridade de publicações do Sudeste em comparação com as outras regiões brasileiras e de pesquisas no período pandêmico. Também deixou em evidência a carência de publicações na Região Norte, com nenhuma publicação no estado do Amazonas.

Palavras-clave: Direito à educação. EJA. Estado da Arte.

Recebido em: 13/10/2023

Aprovado em: 03/05/2024



<http://www.perspectiva.ufsc.br>
 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e96784>

Abstract**Youth and adult education: a state of art view in the period from 2017 to 2023**

Youth and Adult Education (EJA) is a type of education aimed at those who did not have access to the constitutional right to attend school or complete their studies at the appropriate age (CF 1988, Art. 208). Although this modality is guaranteed by several legal provisions, it has historically suffered from the State's failure to implement public policies that cover this part of society. The present study aims to map academic production about EJA with a focus on the right to education, during the period from 2017 to 2023. To this end, we used the type of research called State of the Art, searching the database of periodicals of the Capes platform, articles published on the topic, using the descriptors "Youth and Adult Education", "EJA" and "right to education". The final search revealed a total of 93 articles that were grouped into 13 thematic categories. We also highlight the articles grouped by the journal, year and region of publication. The data allowed us to conclude in relation to the outlines of academic production on the topic, with a superiority of publications from the Southeast compared to other Brazilian regions and research during the pandemic period. It also highlighted the lack of publications in the North Region, with no publications in the state of Amazonas.

Keywords: Right to education. EJA. State of art.

Resumen**Educación de jóvenes y adultos: una visión del estado del arte en el periodo de 2017 a 2023**

La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) es un tipo de educación dirigida a quienes no tuvieron acceso al derecho constitucional de asistir a la escuela o completar sus estudios en la edad adecuada (CF 1988, Art. 208). Si bien esta modalidad está garantizada por varias disposiciones legales, históricamente se ha visto afectada por la falta de implementación por parte del Estado de políticas públicas que abarquen a esta parte de la sociedad. El presente estudio tiene como objetivo mapear la producción académica sobre EJA con enfoque en el derecho a la educación, durante el período de 2017 a 2023. Para ello, se utilizó el tipo de investigación denominada Estado del Arte, buscando en la base de datos de publicaciones periódicas de la Plataforma Capes, artículos publicados sobre el tema, utilizando los descriptores "Educación de Jóvenes y Adultos", "EJA" y "derecho a la educación". La búsqueda final reveló un total de 93 artículos que se agruparon en 13 categorías temáticas. También destacamos los artículos agrupados por revista, año y región de publicación. Los datos permitieron concluir en relación a los lineamientos de la producción académica sobre el tema, con superioridad de las publicaciones del Sudeste en comparación con otras regiones brasileñas y de investigaciones durante el período de pandemia. También destacó la falta de publicaciones en la Región Norte, no existiendo publicaciones en el estado de Amazonas.

Palabras clave: Derecho à la educación. EJA. Estado del arte.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade própria (Brasil, 1996), ou seja, aqueles “que por diversos fatores [...] tiveram o percurso escolar interrompido ou que não puderam, por inúmeras questões, permanecer na escola na idade regular prevista no sistema de ensino” (Julião; Beiral; Ferrari, 2017, p. 42).

O reconhecimento legal não é suficiente para a garantia do direito à educação nessa modalidade de ensino, caracterizada por um público marcado pela instabilidade social, incerteza e vulnerabilidade (Arroyo, 2011), que apresenta lacunas pela falta de comprometimento do Estado em políticas públicas que melhorem o acesso, a permanência e a qualidade da EJA, visando diminuir as desigualdades do sistema educacional.

Para subsidiar reflexões e mudanças no cenário educacional da EJA é necessária, entre outras ações, a realização de pesquisas acerca dessa temática. Sendo assim, este artigo tem por objetivo mapear a produção acadêmica, acerca da EJA com enfoque no direito à educação, durante o período de 2017 a 2023, com procedimentos baseados em Romanowski (2002), com algumas alterações, e, logo após, organizado por categorias, realizar as análises com enfoque na categoria Educação como um direito fundamental¹.

O referido estudo tem como relevância investigar as produções acadêmicas referentes à temática definida, discutir e analisar os principais resultados, assim como contribuir com a produção científica da Região Norte, especificamente no estado do Amazonas. Para realização da pesquisa no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizamos os seguintes descritores: “Educação de Jovens e Adultos”, “EJA” e “direito à educação”. Ressalta-se que este estudo faz parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH), da Universidade Federal do Amazonas.

Metodologia

Pesquisas do tipo “estado da arte” podem ser definidas como uma análise da produção acadêmica de uma determinada área de conhecimento (Freitas; Pires, 2015). São caracterizadas por se tratar “de um instrumento que busca a compreensão do conhecimento sobre determinado tema, em um período de tempo específico e, conseqüentemente, sua sistematização e análise” (Teixeira, 2006, p. 60), ou simplesmente “Pesquisas que estudam pesquisas” (Slongo, 2004, p. 21). No trecho a seguir, as autoras discorrem sobre as contribuições desse tipo de pesquisa para o mundo acadêmico:

¹ Por ser a temática da dissertação desenvolvida neste estado da arte.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowski; Ens, 2006, p. 4).

Essa linguagem acadêmica consiste no nível mais alto de conhecimento a respeito de um determinado campo, com possibilidades de ampliação de perspectivas, enfoques e verificação de lacunas nas produções referentes a determinada temática (Moretti, 2021).

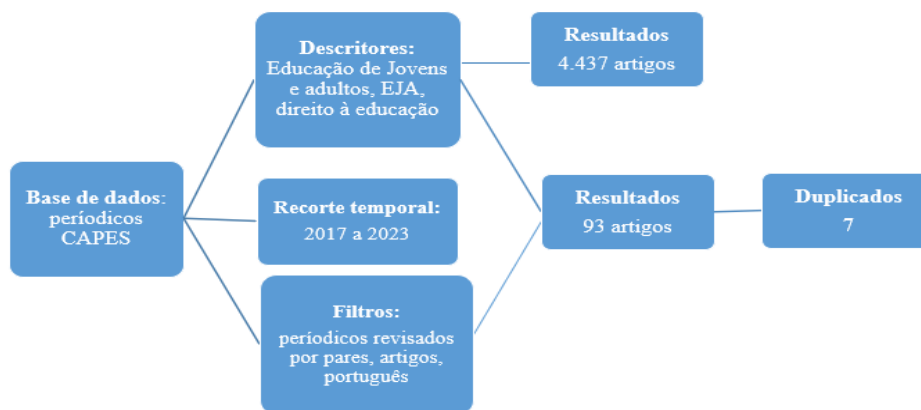
São pesquisas que não se resumem a verificar produções, mas categorizá-las, como relatam Soares e Maciel (2000, p. 4) quando dizem que é necessário considerar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado”, assim, identificando seus enfoques.

Diante dessas considerações, o presente trabalho visa verificar como estão as produções acadêmicas no que se refere à educação de jovens e adultos quanto ao direito à educação. Para alcançar esse objetivo, foram utilizados os procedimentos baseados em Romanowski (2002), com algumas alterações:

- Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas, foram utilizados os descritores “Educação de Jovens e adultos”, “EJA” e “direito à educação” no campo título;
- Localização de bancos de pesquisas, catálogo de teses e dissertações, acervos de bibliotecas e biblioteca eletrônica e acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos, dada a magnitude dos diferentes bancos de dados, para presente trabalho foi utilizado para a consulta os artigos o Portal de Periódicos da Capes;
- Estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o *corpus* do estado da arte: para delimitar os filtros foram utilizados periódicos revisados por pares, apenas material em português e o recorte temporal de 2017 a 2023, período que compreende o espaço temporal pesquisado na dissertação de mestrado;
- Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, as metodologias, as conclusões e a relação entre o pesquisador e a área: nesse ponto, a seleção inicial foi realizada através da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, o que Bardin (2011, p. 126) conceituava como leitura flutuante, “um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise”;
- Organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações: nessa parte foram organizadas as categorias nas quais os estudos foram agrupados;
- Análise e elaboração das conclusões preliminares.

Na Figura 1 é possível observar como foi organizado o processo de consulta para a elaboração da pesquisa, ressaltando que o material foi consultado no dia 9 de março de 2023.

Figura 1 - Processo de Seleção



Fonte: elaborado pelas autoras.

Resultados e Discussão

Conforme o escopo da pesquisa, obtivemos como resultado 4.437 artigos. Após o refinamento, através dos filtros estabelecidos, conforme Figura 1, apresentou-se como resultado 93 artigos, sendo que sete deles foram duplicados, de forma que tivemos o número final de 86 artigos. Vale ressaltar que não houve processo de exclusão, a não ser pelos duplicados, pois o objetivo foi investigar como estão as produções acadêmicas diante dessa temática.

A partir da leitura inicial, as temáticas foram alinhadas em categorias, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias

CATEGORIAS	
Educação como um direito fundamental	15
Formação de professores	14
Ensino de Ciências e Matemática	13
Leitura/letramento	8
Práticas educacionais	8
Tecnologias aplicadas na educação	7
Perfil de alunos	6
História da EJA	6
Produção acadêmica	3
Evasão escolar	2
Gestão educacional	1
Ensino de Língua estrangeira	2
Resenha de livro	2
Total	86

Fonte: elaborado pelas autoras a partir do Portal de Periódicos da Capes (2023).

Nota-se, no recorte temporal estabelecido, que as temáticas mais recorrentes foram: educação como um direito fundamental, com 15 artigos; formação de professores, com 14 publicações; ensino de Ciências e Matemática na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, com 13 produções acadêmicas; e Leitura e Letramento, com 8 trabalhos publicados. A EJA também aparece articulada às outras temáticas, como tecnologias aplicadas na educação, história da EJA, perfil de alunos, gestão educacional, entre outras.

Tendo em vista que esta pesquisa se propôs a mapear a EJA enquanto direito fundamental do ser humano, conforme determina a Constituição Federal de 1988, neste trabalho vamos analisar apenas a categoria que trata da Educação como um direito fundamental, que será apresentada na última seção.

A partir de uma análise sobre a temporalidade, o Quadro 2 destaca o período com mais artigos publicados, conforme o recorte temporal estabelecido:

Quadro 2 - Quantidade de produções por ano

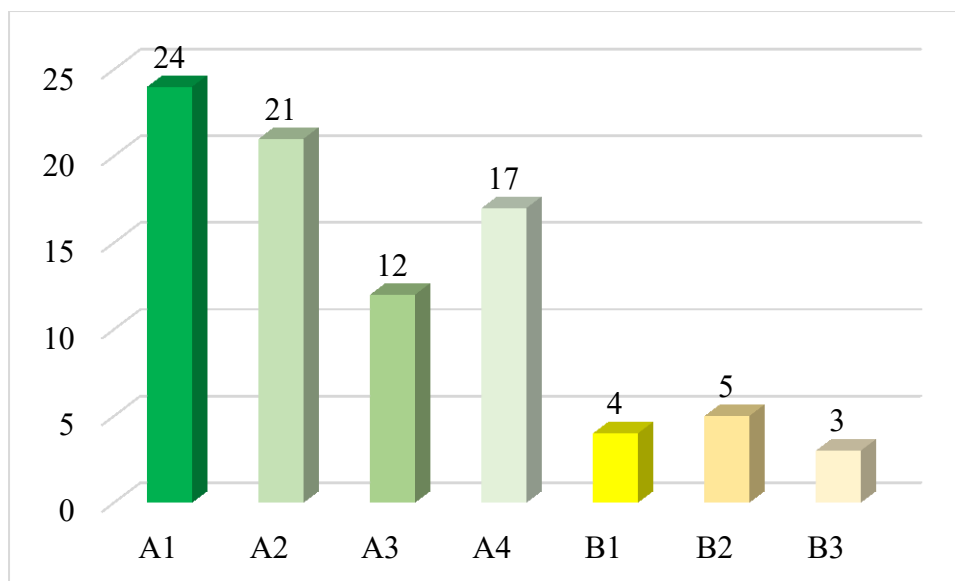
Ano	Artigos
2017	14
2018	12
2019	17
2020	17
2021	16
2022	9
2023	1
Total	86 (retirados os duplicados)

Fonte: elaborado pelas autoras a partir do Portal de Periódicos da Capes (2023).

Constata-se um equilíbrio de publicações no período de 2017 a 2021, aumentando gradativamente. Em 2022, a quantidade cai para nove trabalhos, e em 2023 somente 1, em virtude da data de corte da pesquisa. O interessante é perceber que mesmo no período pandêmico da Covid-19², as produções continuaram a ser publicadas, período em que vários aspectos educacionais foram comprometidos, inclusive as pesquisas, porém, as reflexões acerca dessa modalidade na pandemia tiveram continuidade.

Os 86 artigos foram publicados em periódicos de diferentes *Qualis*, conforme podemos observar no Gráfico 1.

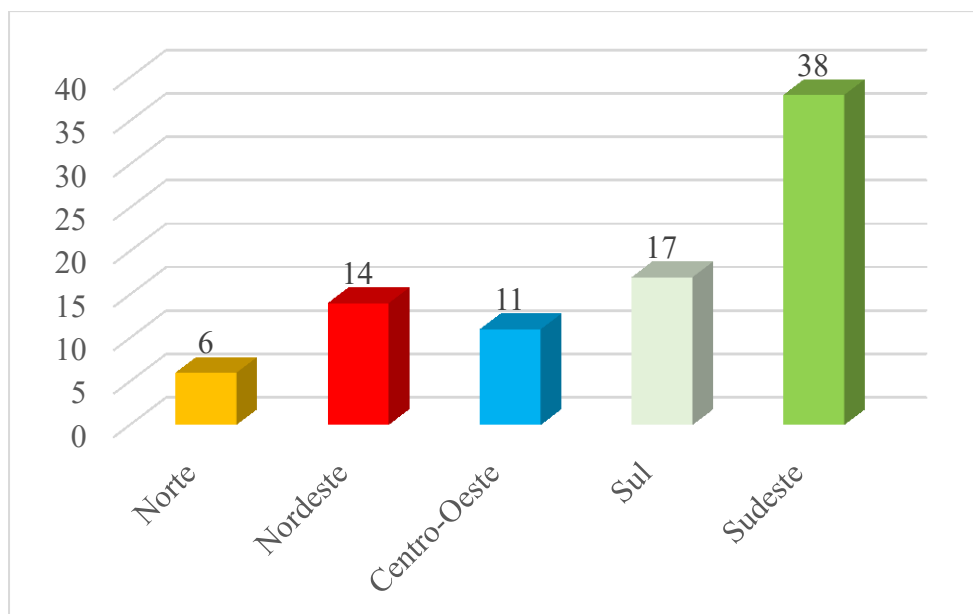
² Covid-19 é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. A doença é potencialmente grave, altamente transmissível e espalhou-se por todo o mundo a partir do ano de 2019.

Gráfico 1 – *Qualis* das publicações sobre EJA no período de 2017 a 2023

Fonte: elaborado pelas autoras a partir do Portal de Periódicos da Capes (2023).

É satisfatório observar que grande parte das publicações estão em revistas cujo *Qualis* estão no conceito A, periódicos com melhor avaliação nos programas de pós-graduação, deixando em evidência a importância da temática.

Atentando para a localidade geográfica onde as pesquisas foram realizadas, temos a seguinte caracterização, conforme podemos perceber no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Localização geográfica das publicações sobre EJA no período de 2017 a 2023

Fonte: elaborado pelas autoras a partir do Portal de Periódicos da Capes (2023).

A Região Norte teve 6 artigos publicados, ressaltando que não houve nenhuma produção no Estado do Amazonas; a Região Nordeste apresentou 14 artigos; a Região Centro-Oeste com 11 artigos; a Região Sul 17 artigos; e a Região Sudeste 38 artigos.

Fica evidente, nessa temática, mas também poderiam ser destacadas outras áreas de pesquisa, como a Região Norte ainda carece de produções acadêmicas nos mais diversos campos. Em grande parte, esse cenário se deve ao número de cursos de pós-graduação nessa região, um processo que iniciou tardiamente, e a distância dos grandes polos do país favoreceu a dificuldade quanto a sua consolidação. No ano de 2023, a região apresenta 378 cursos de pós-graduações e 283 programas (Capes, 2023), sendo a região brasileira com menor quantidade. Fica evidente a desigualdade regional ao falarmos sobre a pós-graduação *stricto sensu*.

Tecemos, nessa primeira parte, reflexões quanto aos dados quantitativos da pesquisa com base nos descritores já mencionados, assim, alcançando o propósito de saber como andam as produções e quais os principais assuntos sobre a modalidade EJA estão presentes no campo científico das pesquisas em educação e ensino. A partir de agora, daremos ênfase à categoria educação como direito fundamental, temática da dissertação investigada.

Educação como um direito fundamental

Esta categoria possui 15 artigos, os quais foram distribuídos em duas subcategorias: políticas públicas, com 11 artigos; e privação de liberdade/condição de rua, com 4 artigos, conforme detalhado nos quadros a seguir.

Quadro 3 - Categoria educação com direito fundamental – Políticas Públicas

Políticas Públicas				
Nº	Título	Autores	Ano	Link
01	A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular	Carlos Eduardo Moreno Sampaio Luciano Abrão Hizim	2022	http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5135
02	As Políticas de Educação de Jovens e Adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB	Elionaldo Fernandes Julião Hellen Jannisy Vieira Beiral Gláucia Maria Ferrari	2017	https://portaldeperiodicos.animeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/4725
03	Desafios do tempo presente na Escolarização de jovens, adultos e idosos: agenda para a nova década	Carlos Soares Barbosa Jaqueline Luzia da Silva José Carlos Lima de Souza	2020	https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/14146
04	A política paulistana de EJA: territórios e desigualdades	Roberto Catelli Jr. Maria Clara Di Pierro Eduardo Donizeti Giroto	2019	https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/5734
05	A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política pública no município de São Paulo (SP): uma revisão bibliográfica	Denise Dias dos Santos Natália Frizzo de Almeida	2020	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/45110
06	Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015	Flávia Vitor Longo Joice Melo Vieira	2021	https://rebep.org.br/revista/article/view/1518/1097

Políticas Públicas				
Nº	Título	Autores	Ano	Link
07	Educação de Jovens e Adultos no campo: da extensão universitária às políticas públicas	Gabriela Furlan Carcaioli	2018	https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2018v15n28p45
08	O trabalho infantil e a educação de jovens e adultos na perspectiva de adultos trabalhadores	Aline Madia Mantovani Anderson dos Santos Carvalho	2018	https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16175
09	Educação profissional e educação de jovens e adultos na rede federal	Irismar Severino da Silva Fernandes Mario Sérgio Pedroza Lobão Renata Gomes de Abreu Freitas	2022	https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/62887
10	Reflexões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos	Suelen Santos Maurício	2020	https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/52202
11	Educação e dignidade humana – intersecção de caminhos	Claudia Hickenbick Elenita Eliete de Lima Ramos Patrícia Rosa	2017	https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6053589.pdf

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 4 - Categoria educação como direito fundamental – Privação de liberdade/condição de rua

Privação de liberdade/Condição de rua				
Nº	Título	Autores	Ano	Link
01	Perspectivas da educação de jovens e adultos no sistema prisional.	Sita Mara Lopes Sant'Anna	2017	https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/3259
02	Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade: análise de narrativas de um sujeito-educando	Cleia Pantoja Andrade Alder de Sousa Dias Eliane Leal Vasques Waldir Ferreira Abreu	2019	https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5170
03	Narrativas e direitos humanos: Da (in)visibilidade das ruas para o empoderamento na educação de jovens e adultos	Kleyne Cristina Dornelas de Souza Maria Clarisse Vieira	2021	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8656630
04	A EJA em contextos de privação de liberdade: desafios e brechas à educação popular	Elenice Maria Cammarosano Onofre Jarina Rodrigues Fernandes Ana Cláudia Ferreira Godinho	2019	https://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/faced/article/view/33770

Fonte: elaborado pelas autoras.

Políticas Públicas

As políticas públicas são decisões e ações adotadas pelo governo e outras instituições públicas para abordar problemas sociais, econômicos ou políticos de forma a alcançar objetivos específicos em benefício da sociedade em geral. Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos sofre com a omissão estatal. Barbosa, Silva e Souza (2020) relatam que ainda que avanços tenham sido efetuados nas últimas décadas na legislação nacional, o reconhecimento do direito à educação de pessoas jovens, adultas e idosas não tem sido efetivo na materialidade histórica brasileira.

Essa situação ainda persiste, em grande parte, pelo fato de o Brasil ser um país que apresenta grandes desigualdades econômicas e sociais, gerando um intenso debate sobre políticas públicas que possibilitem superar o desafio de garantia dos direitos sociais previstos na legislação. A desigualdade de renda reflete nas políticas sociais e oportunidades de desenvolvimento das pessoas, como enfatiza Sampaio e Hizim (2022), que ampliam a discussão em várias vertentes, desde usos de metodologias diferenciadas, organização escolar e curricular, formação de professores, políticas de financiamento, entre outras formas para colaborar na diminuição da demanda da EJA.

Julião, Beiral e Ferrari (2017) discorrem sobre como, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, novas leis, documentos e políticas públicas foram criadas para o acesso e permanência de jovens e adultos, contudo, é possível evidenciar avanços e retrocessos nas ações implementadas.

Foram conquistados importantes marcos legais que regulamentam a execução de políticas públicas, porém, não foram efetivados na prática, de forma que “os avanços legais não corresponderam efetivamente a conquistas na consolidação da política de EJA” (Julião; Beiral; Ferrari, 2017, p. 52). Os autores criticam a criação de “programas que não dialogam entre si” e geram “a necessidade de intervenção emergencial para controlar evidentes disfunções dessas iniciativas” (Julião; Beiral; Ferrari, 2017, p. 52), assim como por ações pontuais, deixando a EJA como coadjuvante nas políticas públicas educacionais.

Ainda no campo legislativo, o artigo de Maurício (2020) traz importantes ponderações sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA e sua relação com o mercado de trabalho. O autor apresenta o documento, enfatiza suas funções (reparadora, equalizadora e qualificadora) e critica o pensamento econômico neoliberalista da década de 1990 e suas reformas educacionais. O texto parte da visão do materialismo histórico-dialético.

Longo e Vieira (2021) estimam a demanda pela modalidade EJA no Estado de São Paulo, um estudo que indica que há uma parcela importante da população adulta que segue com a educação básica incompleta. Os dados apresentados podem colaborar para a formulação de políticas públicas voltadas a essa modalidade, fundamentando-se no direito à educação em todas as idades e à formação continuada ao longo da vida.

Em complemento ao artigo anterior, Júnior, Di Pierro e Giroto (2019) analisam a oferta da EJA na cidade de São Paulo, que apresenta taxas de analfabetismo inferiores à média nacional, porém, em números absolutos apresenta o maior contingente de jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade, dados que demonstram ser um tema prioritário na pauta de políticas públicas. No decorrer do artigo, os autores discorrem sobre as dificuldades encontradas apesar das estratégias realizadas, ineficácia na mobilização de alunos, inadequação na organização e propostas pedagógicas da modalidade,

a “juvenilização” da EJA, com um número grande de adolescentes e fatores extraeducacionais, como trabalho, responsabilidades familiares, entre outros aspectos.

A “juvenilização” também é um dos aspectos citados na pesquisa de Santos e Almeida (2020), que tem como lócus, assim como o artigo anterior, a cidade de São Paulo. Os autores levantam a reflexão de que um dos motivos para o aumento da matrícula de jovens na EJA seria a evasão escolar no ensino fundamental regular, o que os leva a procurar outras maneiras de concluir sua escolaridade. O texto enfatiza como cada gestão implementou políticas públicas para essa modalidade, ocasionando impactos positivos e negativos, destacando-se o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) e a criação dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs).

Fica evidente a preocupação do município e estado de São Paulo em realizar produções acadêmicas acerca da temática da EJA, mapeando essa modalidade de ensino através de dados, como evasão, matrícula, gênero, etnia, necessidades especiais, entre outros levantamentos que contribuem para o entendimento das especificidades dessa modalidade e colaboram para o embasamento de políticas públicas, um exemplo para as demais localidades brasileiras.

Carcaioli (2018) busca debater sobre um projeto de extensão contemplado com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma política pública voltada para os beneficiários da reforma agrária. O texto discorre sobre a EJA e a educação no campo em um acampamento e como a chegada do PRONERA contribuiu para a evolução da parte organizacional escolar do local, que metodologicamente apoiou-se nos ideais de Paulo Freire e círculos de cultura, os quais consideram a história de vida dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com as narrativas apresentadas, tiveram resultados satisfatórios com a comunidade.

Ainda seguindo a linha de uma política pública específica, os artigos de Fernandes, Lobão e Freitas (2022), bem como o de Hickenbick, Ramos e Rosa (2017), abordam o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA) na modalidade Educação de Jovens e Adultos a partir de abordagens diferentes. Fernandes, Lobão e Freitas (2022) traçam o histórico social do PROEJA no país e a sua implementação, que teve a finalidade de elevar a escolarização e proporcionar a qualificação profissional do público jovem e adulto. Os autores enfatizam que, assim como outros programas da EJA, também foram apresentadas fragilidades, em grande parte pelo planejamento acelerado. Já Hickenbick, Ramos e Rosa (2017) descrevem o PROEJA a partir de uma perspectiva de reconhecimento da cidadania e garantia de direitos.

A EJA sempre teve relação com o trabalho, tanto como necessidade de aperfeiçoamento quanto como fator para o abandono da escola. O artigo de Mantovani e Carvalho (2018) levanta a discussão sobre como a população jovem e adulta teve a escolarização comprometida em decorrência do trabalho infantil, fato comprovado na pesquisa, porém, não foi o único motivo, evidenciando que o acesso e

permanência escolar precisam perpassar programas sociais que visem minimizar aspectos econômicos e, logo, a continuação dos estudos.

Ao falar em direito à educação é necessário discorrer sobre políticas públicas, que são as ações que irão melhorar o cenário educacional. E ao tratar da EJA, muitas adversidades nesse campo podem ser elencadas que comprometeram o desenvolvimento da modalidade e os índices de analfabetismo no país. Os artigos tecem importantes pontuações, desde marcos legais, programas, a questão da “juvenilização” da EJA, assim como a relação com o trabalho, evidenciando a complexidade de elementos que precisam ser discutidos para a efetivação do que rege a lei.

Privação de liberdade/condição de rua

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 205, promulga: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Apesar de estar documentada a educação como direito de todos, a educação de jovens e adultos sempre teve que lutar contra as adversidades, em parte devido à vulnerabilidade do seu público, historicamente marginalizado, de modo que as pessoas em situação de rua e em privação de liberdade são uma parcela desses sujeitos.

Souza e Vieira (2021) relatam que a informalidade e o desemprego são fatores que colaboram para o surgimento da população em situação de rua, uma situação social, de forma que para esses sujeitos é necessário urgentemente a mudança de sua realidade. É preciso pensar em uma educação que relacione as competências escolares ao mundo do trabalho e vice-versa, porém, é comum a sociedade invisibilizar esses sujeitos.

Onofre, Fernandes e Godinho (2019), além de Sant’Anna (2017), em seus artigos traçam possibilidades para a educação nas prisões. Os primeiros autores apresentam três dimensões através das demandas de (re)inserção e de (re)socialização, não restrita às escolas, mas em oficinas, cultos, rodas de conversas, entre outras atividades, a flexibilização do currículo e o trabalho interdisciplinar, além da valorização do trabalho docente. O segundo autor parte da necessidade de atentar aos aspectos pedagógicos que envolvem as questões relativas às metodologias, ao material didático, aos sistemas de avaliação e às especificidades dos sujeitos na Educação de Jovens e Adultos que atuam e estão no sistema penitenciário.

Andrade *et al.* (2019) abordam a temática da privação de liberdade a partir de uma perspectiva humanista, em um estudo sociocultural, através da narrativa de um educando, que devido à desestruturação da família se afastou dos estudos e se aproximou do mundo do crime, levando-o a repensar como serão suas pretensões futuras quanto à educação no pós-cárcere, uma vez que frequenta a escola prisional objetivando se reintegrar à sociedade. A pesquisa evidencia esses percalços e suscita várias reflexões.

Os artigos abordados tratam de uma temática que pode ter o seu debate ampliado no meio educacional. Pessoas em situação de rua e em privação de liberdade, que muitas vezes são invisibilizadas pela sociedade, são um dos públicos da educação de jovens e adultos, modalidade que abrange múltiplos espaços educativos e apresenta um desafio quanto à efetividade dos seus direitos.

Considerações finais

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade com um vasto campo a ser pesquisado e com uma variedade de temáticas abordadas, não restritas somente às práticas pedagógicas. O presente trabalho objetivou mapear as produções acadêmicas do período de 2017 a 2023 para verificar quais os principais assuntos sobre a modalidade EJA que recentemente estão presentes no campo científico das pesquisas em educação e ensino, com ênfase na categoria educação como direito fundamental.

Após a pesquisa pelos descritores já mencionados, iniciou-se a análise dos artigos conforme estabelecido, por meio da leitura flutuante. Então, o corpus da pesquisa foi organizado em 13 categorias, possibilitando o agrupamento das temáticas por afinidade de assuntos, o que favoreceu visualizar as mais predominantes e, a partir de então, iniciar as considerações.

Fica evidente que é uma modalidade de ensino com várias publicações, inclusive no período da pandemia, com um grande número de produções em revistas de Qualis A, porém, com lacunas nos locais onde foram desenvolvidas as pesquisas: poucos trabalhos na Região Norte, sendo nenhum deles no estado do Amazonas, e em contraponto temos um número expressivo na Região Sudeste, em destaque para o estado de São Paulo, que realizou pesquisas que revelaram o cenário do analfabetismo na sua localidade.

É importante destacar que o primeiro programa de pós-graduação em Educação no Brasil teve origem na Região Sudeste, no Rio de Janeiro, em 1965, o que também colabora para o número acentuado de produções do Sudeste em relação às demais regiões brasileiras.

Quanto à Região Norte, uma estatística pertinente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revela que o território possui o segundo pior índice de analfabetismo do Brasil, entre pessoas a partir de 15 anos ou mais. O estado do Amazonas possui 4,4% de analfabetismo. São dados que colaboram para investigações acerca dessa temática na região. Essa carência pode ser explicada pela quantidade de programas de pós-graduação em educação e ensino, que ao todo são 32 na Região Norte e seis no Amazonas (Capes, 2023).

Nas pesquisas de Pereira e Oliveira (2018), Nascimento e Cassab (2021), Júnior, Di Pierro e Giroto (2019) e Santos e Almeida (2020), os referidos autores utilizam o termo juvenilização, um fenômeno que tem se intensificado em virtude da defasagem idade-série na escola regular e, conseqüentemente, um número maior de jovens na EJA, um aspecto que passou a ser muito discutido nessa modalidade nas pesquisas mais recentes.

Ao se falar de EJA é quase que obrigatório citar Paulo Freire, e vários autores fizeram referência ao teórico e sua metodologia de alfabetização de adultos, através dos círculos de cultura, que ancoravam na tríade da dialogicidade a valorização dos diferentes saberes, o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia do(a) educando(a). Assim fez Machado (2021), Carcaioli (2018), Leite (2017), Souza e Vieira (2021), entre outros autores que enfatizaram a educação autônoma e libertadora, demonstrando que as concepções de Freire seguem importantes no campo educacional.

Por fim, entendemos que este trabalho tem um papel de destaque para a discussão e reflexão sobre as produções acadêmicas da Educação de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, a importância que se dá à temática no processo científico. Ao enfatizar a importância da EJA, não estamos apenas valorizando suas contribuições para o desenvolvimento educacional e social, mas também registrando sua influência significativa na formação de políticas públicas e na promoção da igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos os segmentos da sociedade.

Este estudo não apenas amplia nosso entendimento sobre a EJA, mas também incentiva uma abordagem mais crítica e reflexiva em relação às práticas e políticas educacionais externas para esse público, impulsionando, assim, avanços significativos no campo da pesquisa e da prática pedagógica.

Referências

- ANDRADE, C. P. *et al.* Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade: Análise de narrativas de um sujeito-educando. **Rev. Bras. de Pesq. (Auto)Biogr.**, Salvador, v. 4, n. 10, p. 378-393, 2019.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARBOSA, C. S.; SILVA, J. L. da; SOUZA, J. C. L. de. Desafios do tempo presente na escolarização de Jovens, Adultos e Idosos: Agenda para a nova década. **Rev. Temp. Esp. Educ.**, São Cristóvão, v. 13, n. 32, p. 1-18, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 13 maio 2023.
- CARCAIOLI, G. F. Educação de Jovens e Adultos no campo: Da extensão universitária às políticas públicas. **Extensio: Rev. Elet. de Ext.**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 45-63, 2018.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira**. Brasília: Capes, 2023. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 11 maio 2023.
- FERNANDES, I. S. da S.; LOBÃO, M. S. P.; FREITAS, R. G. de A. Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal: de um entrelace histórico a uma ação contemporânea. **Rev. Educ. Pop.**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 230-248, 2022.

- FREITAS, A. V.; PIRES, C. M. C. Estado da Arte em educação matemática na EJA: percursos de uma investigação. **Ciênc. & Educ.**, Bauru, v. 21, n. 3, p. 637-654, 2015.
- HICKENBICK, C.; RAMOS, E. E.de L.; ROSA, P. Educação e dignidade humana – intersecção de caminhos. **Rev. Pensam. Actual**, Costa Rica, v. 17, n. 28, p. 186-196, 2017.
- JULIÃO, E. F.; BEIRAL, H. J.V.; FERRARI, G. M. As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB. **Poiésis**, Tubarão, v. 11, n. 19, p. 40-57, 2017.
- JUNIOR, R. C.; DI PIERRO, M. C.; GIROTTO, E. D. A política paulistana de EJA: Territórios e desigualdades. **Est. em Av. Educ.**, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 454-484, 2019.
- LEITE, S. F. As contribuições de Paulo Freire na experiência do Projeto Educativo de Integração Social – PEIS. **E-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 13, p. 126-141, 2017.
- LONGO, F. V.; VIEIRA, J. M. Estimativa do estoque da população apta a demandar por educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo em 1995 e 2015. **Rev. Bras. de Est. da Pop.**, Campinas, v. 38, p. 1-19, 2021.
- MACHADO, M. M. Círculos de cultura e EJA: presença de Paulo Freire na educação de trabalhadoras. **Educ. & Soc.**, Campinas, v. 42, p. 1-19, 2021.
- MANTOVANI, A. M.; CARVALHO, A. dos S. O trabalho infantil e a educação de jovens e adultos na perspectiva de adultos trabalhadores. **Roteiro**, Joaçaba, p. 377-398, 2018.
- MAURÍCIO, S. S. Reflexões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos. **Rev. Educ. Pop.**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 43-63, 2020.
- MORETTI, I. **Estado da arte**: confira o significado, como usar e exemplos. São Paulo: Via Carreira, 2021. Disponível em: <https://viacarreira.com/estado-da-arte/>. Acesso em: 21 maio 2022.
- NASCIMENTO, Á. de S.; CASSAB, M. Os Educandos da EJA e suas Leituras sobre a Disciplina Escolar Biologia: Provocativas Necessárias para Pensar o Currículo e a Pesquisa na Área da Educação Científica. **Rev. Bras. de Pesq. em Educ. em Ciênc.**, Belo Horizonte, v. 22, p. 1-24, 2021.
- ONOFRE, E. M. C.; FERNANDES, J. R.; GODINHO, A. C. F. EJA em contextos de privação de liberdade: desafios e brechas à Educação Popular. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 465-474, 2019.
- PEREIRA, T. V.; OLIVEIRA, R. A. A. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. **Est. em Av. Educ.**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 528-553, 2018.
- ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil**: um balanço das teses e dissertações dos anos 90. 2002. 147f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As Pesquisas Denominadas do Tipo “Estado da Arte” em Educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, set./dez. p. 37-50, 2006.
- SAMPAIO, C. E. M.; HIZIM, L. A. A Educação de Jovens e Adultos e sua imbricação com o ensino regular. **RBEP**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 271-298, 2022.
- SANT’ANNA, S. M. L. Perspectivas da educação de jovens e adultos no sistema prisional. **Diálogo**, Canoas, n. 35, p. 37-44, ago. 2017.
- SANTOS, D. D. dos; ALMEIDA, N. F. de. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política pública no município de São Paulo (SP): Uma revisão bibliográfica. **E-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 3-14, 2020.

SLONGO, I. I. P. **A produção acadêmica em ensino de biologia**: um estudo a partir de teses e dissertações. 2004. 364f. Tese (Doutorado em Educação - Ensino de Ciências Naturais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. P. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: MEC, Inep, Comped, 2000. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SOUZA, K. C. D. de; VIEIRA, M. C. Narrativas e Direitos Humanos: Da (in)visibilidade das ruas para o empoderamento na Educação de Jovens e Adultos. **ETD – Educ. Tem. Digital**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 212-230, 2021.

TEIXEIRA, C. R. O “estado da arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do programa de pós-graduação em educação: currículo (1975- 2000). **Cad. de Pós-Grad.: educação**, v. 5 n. 1, p. 59-66, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=cadernosdepos&page=article&op=view&path%5B%5D=1845>.

Acesso em: 10 maio 2023.

.